



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 8/2004

3ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2004

28 de Outubro de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

**Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.**

**Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.**

Membros presentes: Todos, com excepção da senhora Maria da Assunção Céu Vieira Rosado e dos senhores Martinho Joaquim M. Caetano, Fernando Manuel R. B. Gonçalves Raposo e José Manuel Talento Marques conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, e os senhores Vereadores, Carla Tavares, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Evangelista, e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fez representar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo n.º 38.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelo senhor Fernando Salvador Tesoureiro desta Junta. (Documento anexo à presente Acta).

## I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que solicitaram a sua substituição, ao abrigo do n.º. 1 do Artº. 79º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, o senhor Luís Manuel Isidro Guarita, do PSD, o senhor Joel Vieira Monteiro, da CDU e o senhor Júlio Pinto Zdanowski, do PS, na Sessão de hoje. ( Documentos anexos à presente Acta).

Informou de que, em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, os membros substitutos são o senhor Rafael Duarte dos Santos Evaristo, do PSD, a senhora Maria da Assunção Céu Vieira Rosado, da CDU e o senhor Fernando Manuel dos Reis Baptista Gonçalves Raposo, do PS. Não tomou posse a senhora Maria da Assunção Céu Vieira Rosado, da CDU e o senhor Fernando Manuel dos Reis Baptista Gonçalves Raposo, do PS. ( Documento anexo à presente Acta).

## II - ORDEM DO DIA

### PROPOSTA:

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Lançamento de Derrama para o ano de 2005 ( Proposta n.º. 645/2004)”***;

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º. 4 do Artº. 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em anexo ao Dec. Lei n.º. 287/2003, de 12 de Novembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2005 ( Proposta n.º. 644/2004)”***;





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

3 - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Desafecção do Domínio Público para o Privado de Terrenos Cedidos pela Direcção - Geral do Património do Estado ( Proposta n.º 603/2004)”***;

4 - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“VALORSUL – Contrato de Compra e Venda de Acções a Celebrar entre a Câmara Municipal da Amadora e a Parque Expo 98, S.A. ( Proposta n.º 648/2004)”***;

5 - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Concurso de Pintura e Escultura “Artur Bual” – Aprovação de Regulamento ( Proposta n.º 613/2004)”***;

6 - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Criação do Projecto de Informatização Municipal no Âmbito do POSI ( Proposta n.º 660/2004)”***;

7 - Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Isenção de Taxas da Administração Urbanística - Prorrogação ( Proposta n.º 664/2004)”***;

8 - Eleição, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artº. 5º. do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o ***“Conselho Municipal de Educação”***.

Nota: As peças desenhadas, referentes ao ponto n.º 3, estão disponíveis, para consulta, nos Serviços de Apoio à A.M.A. para consulta.

O senhor **Presidente da Assembleia** fez uma proposta de alteração de que o ponto 3 passe para o ponto 4. Lida a proposta de alteração e não havendo intervenções, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 35 membros presentes.

**A Ordem do Dia aprovada** foi a seguinte:

**1** – Apreciação e votação, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento de Derrama para o ano de 2005 (Proposta n.º 645/2004)”*;

**2** – Apreciação e votação, nos termos do n.º 4 do Art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em anexo ao Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2005 (Proposta n.º 644/2004)”*;

**3** - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“VALORSUL – Contrato de Compra e Venda de Acções a Celebrar entre a Câmara Municipal da Amadora e a Parque Expo 98, S.A. (Proposta n.º 648/2004)”*;

**4** – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Desafectação do Domínio Público para o Privado de Terrenos Cedidos pela Direcção - Geral do Património do Estado (Proposta n.º 603/2004)”*;

**5** - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso de Pintura e Escultura “Artur Bual” – Aprovação de Regulamento (Proposta n.º 613/2004)”*;





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

6 - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Criação do Projecto de Informatização Municipal no Âmbito do POSI ( Proposta n.º. 660/2004)”*;

7 - Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Isenção de Taxas da Administração Urbanística - Prorrogação ( Proposta n.º. 664/2004)”*;

8 - Eleição, nos termos da alínea d) do n.º. 1 do Artº. 5º. do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º. 41/2003, de 22 de Agosto, de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o *“Conselho Municipal de Educação”*.

### III- CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexam com esse título.

### IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia**, após as explicações regimentais, abriu as inscrições e pediram a palavra a senhora Paula Neves, e os senhores José Clemente, Carlos Perry, José Gil, Paulo Ferreira, Vítor Farol, Francisco Mendeiro, Cândido Sússio e Isabel Jorge.

A senhora **Paula Neves**, referindo-se á última Assembleia, mostrou- se chocada e revoltada pelas contradições das intervenções feitas por senhores deputados António Santos e Carlos Jerónimo sobre A-da-Beja. Referiu que A- da- Beja tem um problema com a escola que está desactivada e lembrou a Assembleia que a Câmara da Amadora tem direito de preferência na transmissão da propriedade que existe frente à escola, uma quinta em co-propriedade com mais de um hectare, e que se houver intervenção da Autarquia a escola seria



futuramente uma realidade. Sobre a padaria de A-da-Beja referiu que está encerrada, resultado do relatório da Inspeção das Actividades Económicas, e disse que a Câmara poderia ter imposto obras coercivas, para que a sua desactivação não tivesse ocorrido. Lembrou que a A-da-Beja é uma aldeiazinha cujos habitantes, na maioria pessoas com uma certa idade, reformadas, deixaram de poder comprar um pão a 10 cêntimos e passaram a comprá-lo a 20 cêntimos no café local.

O senhor **José Clemente** referiu que as alterações ao projecto da IC 17 CRIL, no que respeita ao troço da Damaia, são um atentado desastroso e inqualificável, culpando o IEP e o Poder de colocar em segundo plano a qualidade de vida dos moradores da Damaia, que ficará comprometida com o a reposição da estrada da circunvalação. Disse que o espaço à superfície deveria ser revitalizado e ter um aproveitamento social para os moradores, espaços verdes, zonas de lazer e estacionamento. Referiu que a estrutura do túnel, antes da aproximação ao Nó, aparece à superfície tornando-se numa muralha que limita a livre circulação das pessoas entre a Damaia e Benfica, o que considerou um grave atropelo aos direitos da cidadania consignados na Constituição da Republica.

O senhor **Carlos Perry** apresentou-se como morador da Venda Nova e disse que, face à apreciação crítica do estudo de impacto ambiental da versão de alteração da CRIL e IC 17, lamentava que todos os pontos apresentados na primeira fase do processo de consulta pública se mantivessem agravados. Que foi feita uma simulação de ruído e verificou-se que todos os prédios marginais àquele troço ficariam, de noite com um nível de ruído insuportável e que ficou registado no relatório que não se consegue controlar a situação.

A senhora **Fátima Cadina**, da Comissão de Moradores da Damaia, disse mostrar-se muito admirada com a preocupação do senhor Vereador Gabriel de Oliveira relativamente à população de Alfovelos, pois, na consulta Pública de Janeiro de 2004, a preocupação da Câmara foi apenas com o Nó da Damaia, não tendo feito qualquer referência a Alfovelos. Disse que o que a Câmara Municipal da Amadora queria para a zona da Damaia era uma trincheira a céu aberto e mostrou o seu desagrado pelo projecto da passagem pedonal.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Referiu, ainda, a necessidade de haver na Damaia de Baixo posto de médico, escolas Preparatórias e Secundárias e transportes para as crianças se dirigirem à escola.

O senhor **José Gil** (Leu um Documento anexo à Presente Acta.)

O senhor **Paulo Ferreira** referiu-se à CRIL e disse que a Proposta Cívica de Moradores de Alfovelos, e das Comissões que integraram a plataforma comum, não é a proposta da Câmara, nem a proposta do IEP, mas uma proposta C. Disse que, o projecto da CRIL é contra os interesses da população expressos na Constituição da República Portuguesa.

O senhor **Vítor Farol** lamentou a passividade da Assembleia em relação à CRIL não se pronunciando nem tendo acções no terreno, o que o surpreende, dado o impacto do Projecto.

Disse ser positivo o facto da Câmara ter um mapa do Projecto de Ruído da Amadora, e ser urgente que a Câmara defina as zonas que a CRIL vai atravessar como zonas sensíveis. Referiu, também, a gravidade da fase da construção e dos problemas para a população.

O senhor **Francisco Mendeiro** referiu-se, também, à questão da CRIL, IC 16 e IC 17, e apelou à sensibilização da situação, que disse ser dramática, um grave atentado à qualidade de vida e, até, à sobrevivência da Freguesia de Alfovelos, uma vez que a Proposta do IEP não serve os cidadãos.

O senhor **Cândido Süssio** referiu-se também à CRIL e a uma Proposta alternativa do IC 16, juntamente com a IC 17, para Alfovelos. Reconheceu o esforço que a Câmara tem feito junto das Entidades Governamentais ao longo de vários Governos. Questionou se a Câmara alguma vez colocou a hipótese de abandonar a Escola Preparatória de Alfovelos, e construí-la noutra local, de modo a que a CRIL e a IC 17 pudessem passar mais ao lado.

A senhora **Isabel Jorge** ( Leu um Documento anexo à Presente Acta.)

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou o lote de respostas e à senhora Isabel Jorge disse que recebeu a carta e que estava em estudo a colocação de uma rampa, de dimensões reduzidas, no acesso à Assembleia Municipal.

## V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** após as explicações regimentais, abriu inscrições e pediram a palavra os senhores, Carlos Reis, António Tremoço, José Graça, António Santos, Amílcar Martins, João Serrano, Agostinho Marques, Jorge Nunes, Jaime Garcia.

Não foram gravadas as intervenções dos senhores **Carlos Reis, António Tremoço, e Catolino Pinto.**

O senhor **José Graça** – (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **António Santos** referiu-se às tomadas de posição e às contestações ao Projecto do Governo para a CRIL e disse que era necessário fazer algo mais para se conseguir a melhoria do Projecto. Sobre a investigação da Polícia Judiciária à Câmara Municipal, referiu a declaração do senhor Presidente da Câmara à comunicação social. Disse que o Bloco de Esquerda perante as propostas da Câmara, e conforme às suas premissas políticas, sempre tomou posições a favor, absteve-se ou votou contra. Disse que o Bloco de Esquerda nunca discutiu qualquer proposta sob qualquer tipo de suspeição de acto ilícito, pelo que seria importante que o senhor Presidente da Câmara repetisse perante a Assembleia exactamente o que disse à comunicação social: “que quem não deve não teme, estamos à vontade.”

O senhor **Amílcar Martins** disse que era necessário resolver os problemas do Urbanismo e os problemas sociais da Amadora e haver mais intervenção no sentido da própria população se responsabilizar pelos seus direitos. Referiu-se à A-da-Beja, aos Moinhos da Funcheira, à Terra dos Canos, ao Casal da Mira, ao Alto dos Moinhos e ao Casal do Rebentão como





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

AB  
Z. L.

Urbanizações espontâneas dos anos 50, clandestinas e anárquicas, ou com loteamentos aprovados ad hoc.

O senhor **Agostinho Marques**, sobre a CRIL, referiu a posição de discordância da Assembleia Municipal ao traçado do Projecto do IEP. Referiu a participação e intervenção dos moradores afectados por este troço da CRIL e disse que todos os contributos e Projectos alternativos apresentados não foram acolhidos pelo IEP, sobretudo o Projecto apresentado pela Câmara da Amadora. Referiu-se às Comissões de moradores e ao acolhimento da Câmara em relação às suas Propostas, assim o fizesse o IEP e o Governo.

O senhor **Jorge Nunes** referiu-se também à CRIL e disse que seria positivo efectuar uma comparação, no que diz respeito a Alfovelos, entre a Proposta da Câmara inicial e a actual. O trabalho desenvolvido, com a participação dos moradores, da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia e da Câmara Municipal, levou a que surgisse outra alternativa apoiada pela Junta de Alfovelos. Sobre o Estudo Ambiental das alterações ao Projecto da CRIL disse que a Assembleia de Freguesia decidiu recusá-lo porque continua a ter situações ambientais incomportáveis para a população de Alfovelos e defendeu a construção de uma só rodovia, e não duas como estão previstas, com o fim de minorar os efeitos negativos, do ponto de vista ambiental, nas diversas vertentes e, sobretudo, evitar o emparedamento da Freguesia entre duas Auto-estradas. Propôs a solução de um túnel construído na Azinhaga dos Besouros, com superfície para uma zona verde, e a construção de uma ligação pedonal entre Alfovelos e a Pontinha, com ligação à Avenida Rua Luís Gomes.

O senhor **João Serrano** mostrou preocupação com o Orçamento de Estado para 2005 e, comparando-o com os de anos anteriores, disse que se mantém a estagnação em matéria de Finanças das Autarquias, ou seja, em 2002 para 2003 havia uma transferência de 3.6% para as Autarquias, de 2003 para 2004 3%, e agora a média vai ser 2.1% sendo 2% para os Municípios e 2,7% para as Freguesias. Que o Governo prevê um acréscimo de 80 % nas dotações para contratos programas de vários Ministérios e realçou os dez milhões de Euros no Ministério dos Transportes e Comunicações, e os quatro milhões de Euros dos Desportos de Portugal e



que há uma política de contenção de transferências para as Autarquias e das de verbas para contratos programas Municipais. Disse que o PIDAC nada traz de novo para a Amadora, apenas uma verba para a CRIL de um milhão de euros. Sobre a questão do Registo de Interesses, já mencionada diversas vezes em Assembleia Municipal pelo Deputado Carlos Reis, disse que o Grupo Municipal do PS entregou na mesa uma proposta para a sua criação.

O senhor **Jaime Garcia** disse subscrever na integra a intervenção do colega de Alfragide. Mostrou o seu descontentamento com os senhores Vereadores por não ser convidado para os acompanhar nos acontecimentos ou visitas ocorridas na sua Freguesia.

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou o lote de respostas e ao senhor **Carlos Reis** disse haver três questões de fundo que não estavam resolvidas, a primeira a do túnel das Portas de Benfica, a segunda a de Alfofnelos, e a terceira a do Aqueduto das Águas Livres. Ao senhor **António Tremoço** disse que o Protocolo, entre as diferentes entidades, sobre a Sorefame/Bombardier não foi assinado e que o Ministro não recebeu o documento oficialmente e teve conhecimento dele porque foi enviado pelo senhor Presidente da Câmara e não pela Bombardier. Sobre a questão dos créditos disse que era positivo haver diálogo, e frontalidade das partes, esclarecendo os assuntos, e não fazendo interpretações incorrectas como as referidas em documentos do STAL e da Célula do PC na Câmara, e reconheceu que houve erros no cálculo das horas. Ao senhor **Catolino Pinto** disse que procura sempre informar os senhores deputados e os senhores Presidentes de Junta, porém, muitas vezes, os próprios Serviços também não informam os Vereadores das visitas às Freguesias. Ao senhor **António Santos** agradeceu ter colocado a questão e disse que os processos de loteamentos e de Urbanizações aprovados estão de acordo com o PDM e com as regras Urbanísticas. Que forneceu aos investigadores todos os elementos solicitados e deseja conhecer o final das averiguações.

O senhor **Presidente da Assembleia** Leu uma declaração conjunta dos Grupos Municipais sobre M. B. Pereira da Costa. (Documento anexo à presente Acta.) que foi aprovada por unanimidade.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

AB  
J.L.

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e deu entrada ao Período da Ordem do Dia.

### VI- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento de Derrama para o ano de 2005 (Proposta n.º 645/2004)”*;

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que em conferência de líderes entendeu-se que, não havendo oposição, se procederia à apreciação conjunta dos Pontos 1 e 2 da Ordem do Dia, sendo as respectivas votações em separado, e, não tendo havido objecções, informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu, analisou as Propostas da Câmara e não emitiu Parecer.

O senhor **Presidente da Câmara** apresentou as propostas. Sobre a Derrama disse que, desde 2002, se tem assistido a uma diminuição da Receita resultante quer de diminuição dos lucros das empresas, quer da diminuição da taxa do IRC e que, tendo em consideração os compromissos financeiros com investimento, a Câmara propõe que a taxa se mantenha em 10% sobre a colecta daquele Imposto. Sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis disse que, no ano passado, a Direcção Geral de Contribuições e Imposto enviou ao Município a previsão da cobrança para o corrente ano, previsão que não se tem concretizado já que a receita mostra valores bastantes inferiores, quando comparados com os da Contribuição Autárquica em 2003. É imperativo o equilíbrio das contas face aos compromissos assumidos, para o próximo ano, não só em termos de despesas correntes, e funcionamento, mas também em termos de despesas de investimento. Há que ter, ainda, em atenção que a previsão de aumento dos salários da Função Pública é de 2,2% enquanto a do crescimento das transferências para a Câmara é de apenas 2%, o que aconselha à não diminuição das taxas deste Imposto.



O senhor **António Santos** disse que iria votar favoravelmente a proposta sobre a Derrama. Sobre o IMI disse tratar-se de um Imposto profundamente injusto que sobrecarrega grande percentagem dos proprietários de casas para habitação própria, com empréstimo bancário, ou seja um Imposto que recai sobre dívidas contraídas. Referindo-se a apresentação da proposta pelo senhor Presidente da Câmara, quando disse ser necessário manter as taxas para não provocar situações de bloqueio financeiro à Câmara, disse que é sempre o elo mais fraco quem suporta a situação social e informou de que votariam contra a proposta sobre o IMI.

O senhor **António Frade** disse que a Derrama e o IMI são fontes legais de Receita de todos os Municípios. Que as necessidades de financiamento dos projectos como o PROQUAL, URBAN II e Ribeira da Falagueira, com o custo global orçamentado em 17 milhões de Euros, aliados à diminuição das receitas e das transferências da Administração Central, fundamentavam a não alteração das taxas destes Impostos pelo que o PS iria votar favoravelmente as propostas da Câmara.

O senhor **José Fernandes** disse que a CDU iria votar favoravelmente a proposta sobre a Derrama. Sobre o IMI disse que a aplicação desta taxa penalizava os proprietários de habitação própria e contribuía para ~~ao~~ agravamento das difíceis condições de vida dos Munícipes da Amadora, pelo que a Câmara deveria ter optado pelas variantes previstas nas alíneas b) e c) do nº. 1 do Artigo 112º. Do Código do IMI. As necessidades de financiamento discriminadas na proposta, nomeadamente o tratamento dos resíduos sólidos urbanos e dos efluentes industriais e urbanos, não justificam a taxa máxima pelo que a CDU votará contra a proposta da Câmara.

O senhor **Carlos Reis**, sobre a Derrama, disse ter sido notório o enorme esforço dos Vereadores do PSD para não inviabilizar a Proposta, contudo optaram por colocar os interesses do Município à frente das questões partidárias não votando contra. Sobre o IMI disse que não votaria contra por ser o primeiro ano da execução material deste imposto, salvaguardando-se, assim, o princípio da prudência da gestão pública,.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

AB  
g C.

O senhor **Luís Miguel Costa** disse que as propostas da Câmara estavam bem fundamentadas e que eram claros os termos comparativos da execução da Derrama e do IMI face aos investimentos e despesas totais. Sobre as variantes das taxas do IMI, referidas pelo senhor José Fernandes, disse que para a sua aplicação era necessário que o Município tivesse informação que permitisse a fixação dos critérios de majoração e minoração deste Imposto.

O senhor **Carlos Reis** voltou a intervir para dizer que reconhece a existência de uma situação financeira Nacional, sentida na arrecadação fiscal geral, e não apenas na Derrama, dado que a crise vai chegando às empresas. Que nenhum empresário se fixa num Concelho por causa da Derrama mas sim pelos serviços e infraestruturas disponíveis, o que não é o caso da Amadora onde abrem hipermercados e construtoras.

O senhor **José Fernandes** voltou a intervir para dizer compreender a necessidade que a Câmara tem do IMI para fazer face a investimentos, contudo dever-se-ia conciliar as necessidades da Autarquia com a capacidade das famílias da Amadora pagarem este Imposto, e questionou porque tem a Autarquia, num ano de dificuldades económicas para as famílias, de aplicar a taxa máxima.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para dizer que os argumentos apresentados contra as propostas da Câmara são válidas para todos os Partidos da oposição em todos os Municípios. As taxas são propostas tendo em atenção as necessidades de financiamento dos Municípios, nomeadamente a cobertura financeira das despesas de Investimento. Que o Governo se comprometeu a compensar os prejuízos resultantes da abolição das Sisa, que o Orçamento do Estado tem uma verba inscrita para esse fim, mas que ainda não está calculada a sua distribuição pelos Municípios, facto que não permite avaliar a hipótese de ser aplicada taxa diferente da máxima. A parte restante da intervenção do senhor Presidente da Câmara não foi gravada.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta referente ao Ponto 1 da Ordem do



Dia à votação sendo aprovada com 28 votos a favor e 7 abstenções e informou de que se iria passar à votação do ponto.

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 4 do Artº. 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado em anexo ao Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Lançamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2005 ( Proposta n.º 644/2004)”***;

A proposta foi aprovada com 20 votos a favor, 8 contra, e 7 abstenções.

3- Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“VALORSUL – Contrato de Compra e Venda de Acções a Celebrar entre a Câmara Municipal da Amadora e a Parque Expo 98, S.A. ( Proposta n.º 648/2004)”***;

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** disse que a proposta resultava do pacto social da Valorsul, que estabelece o rateio das acções da Parque Expo pelos restantes accionistas, e que a escritura de compra das acções só se realizaria após a obtenção do visto do Tribunal de Contas. Disse que o senhor **José Fernandes** nas intervenções sobre os pontos anteriores tinha dado a entender que Câmara tinha lucro com o tratamento do lixo e dos resíduos, porém a Câmara recebe cerca de 35% do que paga, não do que a Câmara gasta, e que, de acordo com as normas e recomendações comunitárias, há necessidade de aproximar as receitas aos encargos. O Município pratica as taxas mais baixas, juntando duas tarifas, a dos resíduos e a do saneamento, numa única.

O senhor **José Fernandes** disse que o entendimento do senhor Presidente não estava





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

469  
g. E.

contido nas suas anteriores intervenções, contudo o seu esclarecimento serviu para tirar algumas preocupações existentes. Referindo-se à Proposta da Câmara disse que iria votar a favor e, estar de acordo que antes da realização da escritura de compra e venda das acções a Câmara obtivesse o visto do Tribunal de Contas.

O senhor **Manuel Vieira** dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara e solicitou esclarecimento se tarifa ambiental, que a Câmara cobra aos residentes no Concelho, cobre as despesas, e se o pagamento de tratamento é efectuado à SANEST, a Loures, à SIMTEJO, e a Lisboa Alcântara. Questionou, sendo o IMI aplicado à taxa máxima para fundamentar o Investimento no ambiente, e existindo também a taxa de conservação de esgotos, se se justifica a existência de uma taxa ambiental.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Município paga à SANEST o respectivo tratamento. À SIMTEJO disse ter-se deixado de pagar, porque ninguém o fazia, Sobre Alcântara disse o tratamento era feito conforme o Orçamento de Lisboa, que era de um milhão de contos, e quando não havia dinheiro não havia tratamento. A drenagem, neste momento, é feita pela SIMTEJO que têm mais dois accionistas, a EGF e a EDP. Sobre a Ribeira da Falagueira, o chamado Caneiro de Alcântara, disse que, face aos problemas que houve em Lisboa e que poderão haver na Amadora, é necessário um grande investimento que deverá ser incluído nas obras da SIMTEJO à semelhança do que acontece com o equipamento dos outros Municípios. Disse que a taxa ambiental cobre os 35% dos pagamentos à SIMTEJO, SANEST e VALORSUL, e que para definição do custo global se deve adicionar os custos do pessoal da recolha, das viaturas, dos equipamentos e da conservação e reparação do investimento e recordou que a SANEST iria, este ano, aumentar a tarifa em 14% para fazer face a investimentos para melhorar o tratamento.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade, com 35 votos a favor.

Informou, ainda, de que devido ao adiantado da hora, os trabalhos seriam suspensos e continuariam no próximo dia 4 de Novembro.

Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor **Presidente da Assembleia**, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro. por unanimidade dos 35 Membros presentes.

De seguida deu os trabalhos por encerrados às 0,38 hora

## **2ª. REUNIÃO**

4 de Novembro de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

**Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.**

**Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.**

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Ricardo Manuel M. Santos Girão, Martinho Joaquim M. Caetano, José Carlos Cardoso Correia, António José Rodrigues de Oliveira e Manuel António Quadrado Rego, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo, as Senhoras Vice Presidente Carla Tavares e Maria João Bual, os Senhores Vereadores Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Evangelista, Miguel Gabriel e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, solicitaram a sua substituição, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o senhor Fernando Augusto, do PS, e Luís Manuel Isidro Guarita, do PSD.

Informou de que, em conformidade com o n.º 2 do Art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, os membros substitutos são o senhor Fernando Raposo, do PS, e o senhor Rafael Duarte dos Santos Evaristo, do PSD. De seguida foi-lhes dada posse. ( Documentos anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, nos termos do Art.º 36.º n.º 6 do Regimento, a Ordem do Dia é retomada na situação em que se encontrava quando da suspensão dos trabalhos e, de imediato, deu início ao Ponto 4.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Desafecção do Domínio Público para o Privado de Terrenos Cedidos pela Direcção-Geral do Património do Estado ( Proposta n.º 603/2004)”;*

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Urbanismo reuniu, analisou a Proposta da Câmara, não emitiu Parecer e solicitou elementos adicionais, nomeadamente o Auto de Cessão e o Parecer Jurídico, elementos que a Câmara enviou de imediato à Assembleia e foram entregues a todos os Membros com a Ordem do Dia.

O Senhor **Presidente da Câmara** apresentou a proposta e disse que os terrenos a desafectar respeitam à Estrada Militar que, após integrar o Património Privado do Estado, foram cedidos ao Município. A legalização da AUGÉ na zona da Reboleira implica cedências e permutas pelo que é necessário que aqueles terrenos integrem o Património do Município e se dê ao início do processo de loteamento.



O senhor **António Santos** referiu ter sido o Bloco de Esquerda quem inviabilizou o Parecer da Comissão de Urbanismo. Considerou que a desafecção dos terrenos para o domínio privado da Câmara é importante, importância que justificava que a Câmara tivesse estado na Reunião da Comissão para explicar de uma forma mais correcta esta situação, razão porque não iria votar favoravelmente a proposta.

O senhor **Luís Filipe Lopes** disse que estava de acordo com a desafecção para domínio Privado Municipal. Admitiu que, em Sede de Comissão, surgiram algumas dúvidas, a nível jurídico, quanto à desafecção, dúvidas que foram ultrapassadas com a leitura dos documentos pedidos pela Comissão, nomeadamente o Auto de Cessão.

O senhor **Manuel Vieira** disse que estava de acordo com a desafecção para domínio Privado do Município. Sobre o Parecer Jurídico disse que estava bem realizado e perceptível quanto às condições em que estes terrenos se encontram e a que se destinam. O Auto de Cessão é claro. Os terrenos só podem ser utilizados na resolução de problemas urbanísticos, utilização que carecerá de aprovação da Assembleia Municipal.

O senhor **Carlos Reis** referiu-se ao Auto de Cessão e interpretou-o como uma medida de resolução dos problemas Urbanísticos da Câmara Municipal e disse ser da responsabilidade da Assembleia Municipal a resolução deste problema com brevidade, uma vez que poderá a Direcção Geral de Património do Estado pedir a sua reversão alegando que não foram utilizados para os fins a que foram cedidos, pelo que se deve proceder aos registos e resolver um problema que tem 24 anos.

O senhor **António Silva** disse que o que estava em causa era o mau exemplo de prática política, de má prática administrativa e de má técnica administrativa. Mau exemplo de prática política porque na Comissão não compareceu quem pudesse dar a perspectiva política do problema e responder às questões colocadas. Mau exemplo de prática administrativa porque a proposta da Câmara é uma ficção. Mau exemplo de técnica administrativa porque o





2 C.  
AB

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Parecer Jurídico elaborado pelos Serviços é uma aberração e que percebeu, muitíssimo bem, que se tratava de um parecer encomendado. Considerou, ainda, má técnica administrativa o facto do Técnico que esteve na Comissão ter afirmado, o que foi secundado pelo senhor Presidente da Assembleia, que o que estava a ser feita era por sugestão da senhora Conservadora do Registo Predial. Terminou dizendo que, por estas razões, o BE iria votar contra e apresentaria uma declaração de voto denunciando o que considerava um mau exemplo para os administrados.

O senhor **Presidente da Assembleia**, por ter sido citado na intervenção anterior, esclareceu que a sua intervenção na Comissão visou, precisamente, a boa prática administrativa. Tratando-se de uma decisão da Assembleia sujeita a registo a Assembleia tinha o direito de saber a opinião da senhora Conservadora do Registo Predial, que foi transmitida pelo Senhor Director de Departamento presente na Comissão, e que os Grupos Municipais, com excepção do BE, foram unânimes em seguir a metodologia por ela proposta. Face a um aparte do senhor António Silva o senhor Presidente da Assembleia disse que não lhe admitia a insinuação soez de que era Advogado da Câmara. Era, sim, o Advogado do princípio da legalidade das deliberações de Assembleia.

O senhor **Talento Marques** disse que a desafecção do domínio público para o privado ia ao encontro das ideias do seu Partido e que iria votar favoravelmente a proposta.

O senhor **Carlos Reis** disse que o domínio Público Municipal é Património da Comunidade que a Câmara Municipal administra em nome de todos e que domínio Privado Municipal é património que a Câmara Municipal no futuro pode alienar como desejar. Referiu-se, também, à clausula de reversão do Auto de Cessão e às suas implicações. Referiu as boas práticas políticas da Assembleia Municipal e que é necessário que nas Comissões haja confidencialidade e tranquilidade para discutir matérias e, resguardados do público, possam fazer as suas interpretações e dar as suas opiniões. Disse, ainda, que iria votar favoravelmente a proposta da Câmara.



O senhor **Luís Filipe Lopes** disse que as afirmações do senhor António Silva foram bastante graves, ferem a dignidade, a competência e o profissionalismo dos funcionários da Câmara e ofendeu a sua honra, a sua dignidade e o seu brio profissional. Que colocou em causa a própria Conservadora quando a Câmara apenas pretendia uma resolução jurídica do problema. Que não compreendia os entraves administrativos colocados à viabilização da proposta da Câmara porque o senhor António Silva, Jurista, no dia a dia debate-se com as diversas formas jurídicas de resolver problemas.

O senhor **António Silva** interveio para apresentar um protesto e disse que não aceitava lições de moral ou de postura política de ninguém, muito menos do senhor Presidente da Assembleia a quem pediu para dizer em que momento pôs em causa “os bons ofícios dos Técnicos Administrativos”. Que tinha sido mal interpretado pelo senhor Presidente da Assembleia pois quando falou em pareceres jurídicos encomendados se referia a uma responsabilidade política, à responsabilidade de quem gere politicamente a Câmara. Que a intervenção do senhor Presidente da Assembleia tinha sido em defesa de uma opção política, em defesa de uma opção técnica administrativa. Que lhe pareceu ser a voz de um causídico em defesa de uma proposta e não a voz do Presidente da Assembleia Municipal. Disse que gostaria de deixar claro que para si, como jurista e como cidadão responsável, é evidente que a proposta ficciona a realidade. Disse, ainda, que não tinha a mesma visão do PSD sobre o funcionamento das Comissões, onde não trocam segredos mas pedem esclarecimentos para na Assembleia tomarem opções políticas.

O senhor **Carlos Reis**, contrapostestando, disse que as Comissões da Assembleia servem para, de modo informal, formar as pessoas e encontrar consensos, o que começa a ficar comprometido.

O senhor **António Santos** apresentou também um contraprotesto dizendo que estranhava que uma divergência política sobre uma proposta da Câmara levantasse tanta polémica em Assembleia.





C. I.  
AG

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que lhe parecia haver equívocos, nomeadamente da parte do senhor António Silva, cujas intervenções se encontram gravadas. Disse que concordava com a intervenção do senhor Carlos Reis e que no final da reunião da Comissão o que referiu, concordando com o senhor Dr. Arlindo Pinto, foi a questão de economia processual e de boa prática administrativa. Sendo certo que se a deliberação de Assembleia não for conforme o entendimento da senhora Conservadora do Registo Predial não é eficaz a sua execução e, perante a recusa da senhora Conservadora, o assunto teria de ser reapreciado e votado, novamente, em Assembleia Municipal. Trata-se de bom relacionamento entre Órgãos, a Assembleia Municipal e um Oficial Público, que têm os poderes que a lei lhes confere, sendo, nesta matéria, o Poder do Oficial Público Superior ao da Assembleia Municipal.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que a Proposta era simples pelo que não compreendia os motivos da polémica. Mostrou-se preocupado pela forma como o senhor António Silva se dirigiu aos Técnicos da Câmara, ao dizer que houve alguém do Gabinete Jurídico que aceitou fazer um parecer encomendado.

O senhor **António Silva** protestou dizendo que o senhor Presidente da Câmara deve habituar-se às críticas.

O senhor **António Santos** protestou, também dizendo que o senhor Presidente da Câmara quando intervém só se dirige ao Bloco de Esquerda.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada com 36 votos a favor, 2 votos contra.

5 - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso de Pintura e Escultura “Artur Bual” – Aprovação de Regulamento ( Proposta n.º 613/2004)”*;

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora Primeiro Secretário. ( Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Vereadora Carla Tavares** fez a introdução formal da proposta e referiu que esta iniciativa foi prevista nas Opções do Grande Plano e é a primeira vez que se realizará na Área das Artes para os jovens do Concelho, no âmbito da iniciativa Jovem Aposta em Ti, que este ano é dedicada à Pintura e à Escultura, e terá o nome de Prémio Artur Bual.

O senhor **Rui Queirós** disse que votaria a favor da proposta por ser uma iniciativa que vai ao encontro da reconciliação dos jovens com as questões da arte e da cultura.

O senhor **António Santos** referiu a importância da proposta que aposta na Cultura e Educação e mostrou-se muito agradado com estas iniciativas, sendo o seu voto a favor.

A senhora **Presidente da Mesa de Assembleia** colocou a proposta à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes.

**6 -** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º. 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Criação do Projecto de Informatização Municipal no Âmbito do POSI ( Proposta n.º. 660/2004)”;*

A senhora **Presidente da Mesa de Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pelo senhor 2º. Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da apresentação da proposta.

O senhor **Carlos Reis** questionou a Câmara sobre o prazo da criação da Unidade Orgânica e o porquê da não antecipação para 2005. Disse que ia votar a favor da proposta.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

O senhor **Presidente da Câmara** informou que o POSI, de acordo com a candidatura, terá de estar concluído até ao final do ano de 2006. A eventual prorrogação do prazo depende da análise, não só do Governo, mas também da Comunidade Europeia.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes.

7 - Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Isenção de Taxas da Administração Urbanística - Prorrogação ( Proposta n.º. 664/2004)”*;

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta dizendo que se trata de uma medida implantada em 2000 e que em 2004 beneficiaram desta isenção 297 Municípios, deixando a Câmara de arrecadar 70.766€.

O senhor **Presidente da Assembleia**, não havendo intervenções, colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes.

8 - Eleição, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artº. 5º. do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º. 41/2003, de 22 de Agosto, de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o *“Conselho Municipal de Educação”*.

O senhor **António Santos** disse que iria votar em branco, não por estar contra a proposta apresentada, mas contra a Lei, que diminui a representatividade nos Conselhos Municipais de Educação.

O senhor **João Serrano** salientou que a Lei está em vigor e que o objectivo da proposta é pôr a funcionar o Órgão, o que é do interesse dos Municípios.

O senhor **António Silva** referiu-se á eleição para o Conselho Municipal da Educação, como sendo importante, não tendo nada contra a proposta apresentada, contudo, reflectindo sobre a questão, concluía-se ser mais uma limitação do Poder Central para com o Poder Local, e uma tentativa de redução da capacidade de intervenção das Assembleias.

O senhor **Carlos Reis** disse que a eleição de um representante da Assembleia no Conselho Municipal da Educação representa o respeito pela Lei, e pela legalidade. Disse que iria votar a favor da proposta.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 35 votos a favor e 2 votos em branco.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor **Presidente da Assembleia**, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 38 membros presentes.

De seguida deu a Sessão por encerrada às 22,45 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.



Two handwritten signatures in blue ink. The top signature is 'António Silva' and the bottom signature is 'Maria Arlete Rocha Rodrigues'.